



**ACÓRDÃO Nº940/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1947/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS
- 4- **Exercício:** 2011
- 5- **Responsáveis:** MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4352/2016-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Administração Indireta Estadual (Autarquias, Fundações e Fundos Especiais). Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS. Exercício de 2011.

*Regularidade com ressalvas. Multa.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Sra. Maria das Graças Soares Prola, Secretária Executiva do FEAS, responsável pelo Fundo de Assistência Social – FEAS, exercício 2011, nos termos do art. 1º, II da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 15, I, “b” da Resolução nº 04/02 - RI-TCE/AM;
- 9.2. **Aplicar Multa** à Sra. Maria das Graças Soares Prola, Secretária Executiva do FEAS, no valor de R\$ 2.192,06 (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), em razão da sonegação dos documentos descritos nos itens 12.3, 12.4 e 12.5 do Relatório Conclusivo n.º 64/2012 – DICAD/AM (fls. 462/476), com fulcro no art. 54, VI da Lei n.º 2.423/96 c/c 308, I, “b” da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ;
  - 9.2.1. **FIXAR** o prazo de 30 (trinta) dias, para que a responsável supra, recolha o valor da multa, que lhe fora aplicada, aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei n. 2423/96), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



**ACÓRDÃO Nº940/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**9.2.2. AUTORIZAR**, em caso de não recolhimento do valor de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei n. 2.423/96, art. 169, II, e § 6º do art. 308, todos da Resolução n. 04/2002- TCE.

**10- Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 29 de Novembro de 2016

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral